

# AS RELAÇÕES DICOTÔMICAS ENTRE CAMPO-CIDADE E AS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

*DICHOTOMOUS RELATIONSHIPS BETWEEN COUNTRYSIDE-CITY AND HOUSING POLICIES IN BRAZIL*

*Felipe Facci Facci Inguaggiato<sup>1</sup> e Tatiane Ferreira Olivatto<sup>2</sup>*

## Resumo

O processo de urbanização, atrelado aos movimentos capitalistas, causou o distanciamento da população urbana e rural, desconectando a cidade do campo. O distanciamento entre esses espaços deu-se, muitas vezes, por políticas públicas, dentre elas as habitacionais, que se voltaram à habitação nas cidades e ao avanço da fronteira agrícola e dos latifúndios. Este trabalho propõe um levantamento bibliográfico de caráter reflexivo acerca das políticas de moradia que ocorreram no Brasil ao longo de seu processo histórico e urbano, assim como questões que desencorajam o êxodo rural. Buscou-se também um levantamento de iniciativas que conectam as esferas campo-cidade e que promovem transformação socioespacial, como modernização das técnicas agrícolas, feiras livres, cooperação, parcerias diretas e agricultura urbana.

Palavras-chave: latifúndio, produção rural, urbanização, políticas habitacionais, agricultura urbana.

## Abstract

*The urbanization process, linked to capitalist movements, caused the distance of the urban and rural population, disconnecting the city from the countryside. The distance between these spaces was often due to public policies, including housing, which turned to housing in cities and the advance of the agricultural frontier and large estates. This work proposes a reflective bibliographical review about the housing policies that occurred in Brazil throughout its historical and urban process, as well as issues that discourage the rural exodus. An investigation on initiatives that connect the countryside-city spheres and that promote socio-spatial transformation was also sought, such as the modernization of agricultural techniques, autonomous markets (fairs), cooperation, direct partnerships and urban agriculture.*

*Keywords: latifundium, rural production, urbanization, housing policies.*

<sup>1</sup> Doutorando em Engenharia Urbana, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Engenharia Urbana, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente é pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Engenharia Urbana e Geoprocessamento, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pesquisador externo do Grupo de Estudos em Planejamento Territorial e Ambiental (Geplan), do Instituto Federal do Sul de Minas. Experiência na utilização de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), trabalhando com o ordenamento espacial e planejamento territorial urbano e ambiental.  
<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana na Universidade Federal de São Carlos. Mestrado em Engenharia Urbana pela UFSCar e graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária pela PUC-Campinas (com sanduíche na UniSA - University of South Australia). Formação técnica em Geomática pelo Cotil-UNICAMP e especialização em Docência Universitária. Atualmente compõe o URBIE (Grupo de Inovação e Extensão em Engenharia Urbana) e dedica-se à pesquisas relacionadas à Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG), Cartografia Temática e diversas aplicações na Engenharia Urbana.

## Introdução

Historicamente, a produção dos meios e o estabelecimento de uma relação objetiva com a natureza é um procedimento de construção das necessidades humanas – e da configuração do encadeamento da formação da sociedade – garantido condições de subsistências para as mesmas. Essas questões impõem factualmente a divisão entre campo e cidade, enraizando uma das contradições do processo de produção, conforme Marx (1983). Ressalta-se assim uma divisão sociogeográfica do trabalho, permeada pela divisão da população nos processos produtivos.

Guiado por essas diretrizes, o processo de urbanização acentuou-se, levando ao distanciamento do espaço (e população) rural e urbana, atrelada ao desconhecimento do trabalho rural, desconectando a cidade ao campo. Assim, as cidades industriais e comerciais emanciparam-se nesse contexto – juntamente ao fluxo de pessoas e comércio (HARVEY, 2006) – onde a estrutura fundiária e monetária é usada para além da subsistência, onde a manufatura passa a se desenvolver (SINGER, 1978).

Nesse sentido, observando as dicotomias entre a relação campo-cidade e o heterogêneo processo de urbanização e de políticas habitacionais que se deram em diferentes países, o presente artigo tem como objetivo investigar a correlação entre os dois espaços, atrelando a difusão de políticas habitacionais em escala temporal no Brasil. Ademais, serão abordadas iniciativas de estreitamento da relação campo-cidade, debatendo-se propostas alternativas para a desconstrução desse paradigma espacial.

O processo metodológico do presente artigo é pautado no levantamento bibliográfico de caráter exploratório (GIL, 2000), o qual foi conduzido a partir de autores clássicos da temática e com base em pesquisas mais atuais referentes ao planejamento urbano e regional, políticas habitacionais e dinâmicas entre campo e cidade. Foram realizadas buscas em bases de indexação de publicações científicas, como o portal de periódicos da CAPES e a Scopus, além de terem sido exploradas fontes diversificadas, como websites de notícias em geral, documentos governamentais e de instituições de ensino e pesquisa.

Este artigo foi estruturado em três seções temáticas, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção temática contextualiza os aspectos históricos das relações campo-cidade, contemplando desde o contexto mais global, as especificidades dos países latinos e algumas questões específicas no Brasil. A segunda explora a questão habitacional urbana no Brasil, aprofundando uma investigação sobre como as políticas habitacionais impactaram no relacionamento entre campo e cidade. Na última seção temática são apresentadas algumas iniciativas que se opõem à este distanciamento, promovendo o estreitamento dessas relações como promotor de transformação socioespacial.

## As relações campo-cidade: aspectos históricos

A cidade, em conformidade com o modelo produtivo capitalista, apresenta condicionantes específicas em relação às outras com outros modos de produção. Isso ocorre devido a uma necessidade de concentração e de centralização do capital – atrelado à industrialização –, ocasionando a produção e circulação de mercadorias dentro do espaço urbano, conforme LeFebvre (1976).

Concomitantemente a LeFebvre (1976) e Braudel (2009) apontam a correlação entre o urbano e a expansão econômica, moldando sua configuração. Todavia, previamente a esses processos capitalistas, Marx (1983) enfatiza que as cidades eram subordinadas a um sistema no qual os meios de produção e de terra eram propriedades dos trabalhadores, embora caiba ressaltar que, em cada espacialidade de análise, essa relação foi distinta, principalmente em questões relacionadas à divisão do trabalho entre o campo e a cidade e sua produção social.

Assim, à medida que a cidade se desenvolve, a separação de grupos é induzida. Entretanto, vale ressaltar que ser um camponês ou um ser urbano não leva à divisão de classes – o que realmente segrega as classes sociais é a divisão do trabalho (MARX, 1983). Nesse sentido, a atividade primária produtiva ocorre no espaço rural, nutrindo o espaço urbano. Este, por sua vez, surge somente a partir do momento em que as forças produtivas do campo são suficientes e excedentes para abastecê-lo (DEÁK, 1991). Rolnik (1994) defende que a formação da cidade é fruto de um acúmulo prévio e fluxo contínuo de produtos e pessoas entre esses espaços, juntamente a presença de uma classe apartada socialmente.

Portanto, a cidade capitalista que observamos contemporaneamente causou a fragmentação dessas formas pretéritas. Primeiramente, esse processo teve origem no campo, visto que os processos capitalistas surgiram gradativamente no modo de produção feudal, através do desenvolvimento da pequena manufatura rural e, desse modo, a produção e o comércio foram pautados em valores de troca (LEFEBVRE, 1976).

Além disso, os processos manufatureiros desenvolveram-se em escalas espaciais distintas, assim como seus meios de trabalho, quebrando o paradigma existente na época, aprofundando a divisão socioterritorial do trabalho. Marx (1983), dessarte, aponta que o primeiro pressuposto da grande indústria é a inclusão do campo em toda sua amplitude produtiva, principalmente no que se refere aos valores de troca.

Exemplos como os do território inglês mostram como a indústria rural especializada se espalhou por todo território, aumentando as transações financeiras e trocas de produtos (HOBBSAWN, 1979). Consequentemente, houve o deslocamento dos trabalhadores desses locais, causando transformações nas relações de produção e, o mais importante, mudanças nas formas de espacialização urbana, uma vez que vilas industriais e pequenas feiras deram formato às cidades. Portanto, observa-se que, em casos de países centrais, onde a expansão dos processos capitalistas ocorreu de forma livre, as cidades se desenvolveram como espaços autônomos seguindo suas próprias tendências, com ideários políticos e socioeconômicos (BRAUDEL, 2009).

A transformação da cidade em centro comercial resultou em uma luta social entre senhores e servos, e o excedente da produção converteu-se em valor de troca, dando aparição a uma classe inédita de produtores urbanos – os mercadores, especuladores, usuários e etc. (SINGER, 1973). O capitalismo emancipou-se na cidade diante uma dinâmica econômica urbana a partir do século XVII, na Europa. A migração dos servos para as ligas de cidades comerciais, com o surgimento de comerciantes e banqueiros, preestabeleceu relações para a Revolução Comercial, a qual estabeleceu uma divisão interurbana do trabalho, garantindo o desenvolvimento de forças produtivas (SINGER, 1973).

Desse modo, a burguesia comercial encontrava-se entre duas barreiras, sendo a primeira o monopólio sobre o excedente alimentar exercido pela aristocracia feudal, e a segunda o monopólio sobre a produção manufatureira (SINGER, 1973). A revolução industrial teve como palco a área urbana (HARVEY, 1982), e os instrumentos de produção

passaram a ser dominados pelos fabricantes industriais, que descobriram inovações técnicas e seus elevados lucros (SINGER, 1979). Isso porque essas inovações técnicas permitiam a produção em larga escala por menor preço, e, conseqüentemente, por um valor mais competitivo no mercado.

Observa-se que as transformações urbanas regidas por processos capitalistas correram em base de um sistema urbano que foi revolucionado ao longo do tempo, uma vez que esses processos são vinculados à industrialização, onde a produção do excedente econômico depende da produção agrícola e da propriedade de terra. Ou seja, nos países europeus (também chamados de “países centrais”), a industrialização fomentou uma interação entre os núcleos urbanos e a modernização do campo. Concomitantemente, a dinâmica demográfica no continente e o fluxo campo-cidade gerou excedente populacional que corroborou o crescimento das cidades - principalmente a partir do século XVII (DEANE, 1979) – formando um mercado de trabalho com estrutura salarial que condicionava a reprodução da força de trabalho em condições capitalistas.

Em outra perspectiva, os Estados Unidos da América (EUA), país que rege as questões socioeconômicas em escala mundial, teve um processo diferente do continente europeu. Isso ocorreu, primeiramente, devido ao processo de povoamento em seu espaço, uma vez que as colônias do norte do país eram baseadas em uma economia de pequena/média propriedade, que permitia maior divisão trabalhista e distribuição igualitária de seu excedente alimentar, o que permitiu o país entrar em sua revolução industrial em condições socioeconômicas igualitárias. Enquanto isso, a região sul era regida pela plantation escravista, resultando em um aumento da população escrava e em condições sociais e trabalhistas desiguais (FURTADO, 1978). Como reflexo, enquanto a região norte apresentava altas taxas da população urbana, a região sul ainda era retrógrada.

Outra questão que dá forma distinta ao processo de urbanização é a incorporação do território aos processos capitalistas. Isso ocorre, pois, a expansão ao Oeste do país resultou de uma reforma agrária, levando à existência de pequenos e médios proprietários que desenvolveram a agricultura em condições modernas e com padrão de vida elevado se comparado ao de países subdesenvolvidos (FURTADO, 1966).

Conclui-se que o processo histórico de urbanização e habitação rural desses países é reflexo do sistema de ocupação pretérita ao processo capitalista e da divisão do trabalho que se estabeleceu entre o campo-cidade e seu alinhamento a seu processo. Além disso, o formato de industrialização e de organização de classes partem de um mesmo pressuposto, com divisão sociológica entre classes bem definidas e estruturadas. Esse formato condicionou uma tendência histórica para a melhora nas condições habitacionais dentro do modelo capitalista se comparada a países subdesenvolvidos, assim como melhor enfrentamento de problemáticas urbanas, como violência, poluição e desigualdades.

Todavia, esse cenário, sob a perspectiva latino-americana – incluindo o Brasil – é diferente. Historicamente, analisando particularmente questões habitacionais e de moradia, as primeiras ações datam do início do século XX, voltadas à provisão de moradias e ao controle de aluguel. A produção de unidades habitacionais em grandes conjuntos parte da década de 1950 – momento o qual as demandas sociais e lutas de classe estavam em efervescência (PRADILLA, 1987). No campo político, essa lógica entra em confluência a políticas de bem-estar social, uma vez que a participação dos trabalhadores era importante para o funcionamento desse processo.

Como causa (ou efeito) desse cenário, os problemas habitacionais se justificaram pela incapacidade de proporcionar a demanda habitacional das classes trabalhadoras, além

da própria capacidade de compra e organização do mercado imobiliário palpável para os mesmos. Todavia, Pradilla (1987) demonstra que as formações socioespaciais em países subdesenvolvidos apresentam particularidades em relação aos demonstrados pelos países centrais e, por sua vez, as políticas habitacionais apresentam singularidades.

Para justificar essa constatação, vale, primeiramente, analisar os formatos de ocupação dessas regiões, visto que eles sustentam os padrões de reprodução do capital e de políticas habitacionais em seus processos históricos. Enquanto nos países desenvolvidos o nível de consumo e o valor de força de trabalho caminhavam paralelamente, no caso latino-americano, a força de trabalho é inversamente proporcional ao nível de consumo, atrelado também a uma política social abrangente. Ou seja, o capital, em seu processo produtivo, encontrou contradições mais atenuantes, voltadas à exploração da força de trabalho e das estruturas fundiárias (FURTADO, 1978).

Essa exploração é estruturante na formação socioeconômica dos países subdesenvolvidos, questão inerente à moradia nesses territórios. No caso do Brasil, esse formato pode ser exemplificado através da autoconstrução (MARICATO, 1978) estabelecida como a diminuição do custo da construção de moradias, praças, etc. através do trabalho em cooperação, das comunidades e do proprietário, em determinados terrenos ou lotes, alterando o sentido da figura do Estado e da questão de bem-estar social enunciado nos países desenvolvidos. Essa dialética resultou em inúmeras problemáticas sociais, econômicas e habitacionais, como a segmentação do mercado de trabalho e de consumo, as disparidades entre setores e regiões e as características das estruturas fundiárias e urbanas.

Desse modo, coube ao Estado a realização de investimentos voltados à infraestrutura urbana e rural, visto o desinteresse dos agentes capitalistas de realizarem tais investimentos, muito por conta de suas ligações ao rentismo e à espoliação do trabalho. Assim, a América Latina e o Brasil desenvolveram-se por meio de processos diferentes e de políticas habitacionais díspares. Em uma escala temporal, esses processos podem ser divididos em três períodos, sendo o primeiro até o final da década de 1950 – voltado ao setor primário e à exportação –, o segundo, datado de 1950 até 1980, voltado ao processo de industrialização dos países, e, por fim, a última etapa, indo de 1980 até os anos 2000, voltada às pautas neoliberais.

A urbanização encontrada nos países latino-americanos eliminou a produção de subsistência no campo (SINGER, 1978), e os países recém industrializados não passaram pela fase da economia urbana manufatureira ou pré-industrial, e, em seus centros urbanos, o aparecimento da burguesia ocorreu em condição completamente diferente daquelas ocorridas na Europa, o que levou, desde início, a um proletariado que se constituiu como classe, ao mesmo tempo (SINGER, 1978).

Assim, compreender as relações entre os processos de industrialização, urbanização e habitação nos países latino-americanos é complexa, visto seus contrastes, especificidades e características multifacetadas (PRADILLA, 1980). Na América Latina, por via de regra, a industrialização sobrepujou a urbanização, fazendo do êxodo do rural um evento estrutural – devido ao progresso da agricultura capitalista, por meio do fomento à concentração de latifúndios (CASTELLS, 1973; PRADILLA, 1980). Como decorrência, observou-se uma transição nas relações sociais e um processo de desapropriação fundiária.

Desse modo, constata-se que a origem dos centros urbanos nesses países se deu de forma heterogênea, inicialmente estruturada pelo colonialismo e mercantilismo. Primeiramente, os centros urbanos foram configurados no formato de fortificações

– com o intuito de proteger seus territórios – e por atividades extrativistas, cadeia produtiva dominante no continente (FURTADO, 1986).

Todavia, os espaços urbanos diferenciaram-se no que se refere aos modelos estruturais da colonização espanhola e portuguesa. Enquanto a primeira se configurava por meio de uma mineração interiorizada e com unidades produtivas – as haciendas –, totalmente dependente do comércio, que deram formato as suas cidades, a segunda apresentava um dinamismo voltado à agricultura tropical nas áreas rurais – dando formato então aos latifúndios e à economia de subsistência (PORTES, 2007). No caso da colonização portuguesa, com o advento da economia agroexportadora voltada à produção de algodão e de açúcar, o espaço urbano fez-se mais necessário, uma vez que era nele que a produção ocorria.

Somente no século XIX – com a vinda da família real ao Brasil e o crescimento da produção do café – a formação dos espaços urbanos começou a apresentar diferentes padrões de urbanização (CANO, 2008). Além disso, é elemental entender a sujeição latino-americana ao imperialismo dos EUA – juntamente ao controle do Estado pela burguesia, que se vinculava a países centrais (CASTELLS, 1973; FURTADO, 1978). As desigualdades socioeconômicas e problemas de infraestrutura nas cidades, conforme Villaça (1999), são frutos desse processo – e ainda mais escancarados quando comparados os países ricos (centrais, norte-americanos e europeus) aos pobres (periféricos, e.g. latino-americanos) (QUIJANO apud CASTELLS, 1973).

Contudo, a principal diferença entre as cidades europeias e as latino-americanas encontra-se no fato de a última ter como realidade urbana a negação das diferenças socioculturais, uma vez que, para os colonizadores, as cidades colonizadas eram apenas uma extensão comercial, dando um caráter capitalista e empresarial aos seus espaços, através do escravismo, da mineração, dos plantations e dos latifúndios. Desse modo, as relações entre campo-cidade eram pautadas no domínio da metrópole sobre a colônia, gerando ao trabalhador e ao consumidor das colônias uma diminuição do poder de consumo dentro desses espaços – dando a entender que as estruturas agrárias da época eram apenas um dos elementos da relação de exploração.

Além disso, a estrutura fundiária está apresentada como marco fundamentador da organização socioespacial no continente, dividindo a sociedade e o trabalho em dois extremos, tanto no sentido financeiro quanto no social, uma vez que todo excedente produtivo era voltado à exportação (FURTADO, 1978). De acordo com o autor, nesse cenário, as técnicas de agricultura causaram a insalubridade do solo, levando a constantes movimentos itinerantes, atrelados ao histórico de baixo valor da orça de trabalho.

Como impacto, a partir do século XIX, as taxas de crescimento populacional nos espaços urbanos latino-americanos eram crescentes, assim como a relação entre a estrutura fundiária e o meio urbano, que cada vez mais era fortalecida pelos mercados de terra que se baseavam no controle da burguesia e agentes capitalistas (PONTES, 2007). Em um cenário pós-independência, essas classes voltaram seus interesses ao controle territorial e trabalhista, dando caráter às relações de poder que observamos até os dias atuais. Tais condições geraram conflitos entre essa classe e os colonizadores, que tinham as cidades como espaços de imbrólios, visto o caráter comercial que elas apresentavam.

Observa-se que em todo o continente coexistiram proprietários fundiários que estavam associados ao poder público (VILLAÇA, 1999). Apesar de constantes pressões para a efetivação de reformas agrárias, a concentração de terras é fator intrínseco à acumulação de capital e de fluxo econômico, e dão caráter ao funcionamento da lógica de acumulação urbana e industrial. Assim, essas relações dependiam da divisão entre

o trabalho campo-cidade, com a produção de alimentos, dando caráter de importância aos latifúndios, pois eles eram os responsáveis pela produção de alimentos das cidades.

Esse dinamismo no mercado interno resultou em problemáticas sociais e regionais, correlacionadas à questão habitacional e às relações entre campo-cidade. A imigração e a migração interna também alteraram essas espacializações, levando maior concentração aos centros urbanos (MARICATO, 2012). Os grandes centros urbanos da América Latina, envolvidos à processos de industrialização, motivaram ao êxodo rural, ampliando o empobrecimento da população – devido aos baixos salários e ao desemprego (PRADILLA, 1980). Kovaric (1979) descreve essas condições adotando o conceito de espoliação urbana, uma vez que o usufruto do conforto urbano nesses espaços é monopólico.

Esse cenário transformador do espaço urbano, atrelado a questões econômicas nos países latino-americanos, tornam produtoras e consumidoras da rede capitalista nacional, levando a uma melhora na infraestrutura no campo e nas cidades e, por sua vez, na divisão sociológica e habitacional entre o campo-cidade. Para efeito de comparação, enquanto nos países de colonização espanhola o crescimento urbano ocorreu nas capitais, no Brasil, ocorreu uma descentralização, com cidades como Rio de Janeiro, Recife e Salvador apresentando um significativo aumento populacional (GREENFIELD, 1994). Dentro desse cenário, ainda no século XIX, com o aumento populacional, o traçado e o formato dos espaços públicos nos espaços urbanos foram alterados, estratificando cada vez mais as relações entre classes, dando origem à marginalização de uma parcela da sociedade que, coincidentemente, atuava no trabalho menos especializado e mais explorado.

No Brasil, a partir de 1950, as migrações internas fomentaram a taxa de urbanização nacional, fazendo da mesma a taxa mais alta do continente (SANTOS, 2003). Além disso, as condições de trabalho no campo perderam seu valor, fruto do advento da mecanização do maquinário agrícola, e a população que ali se instalava, migrou as cidades (SANTOS, 1989).

Quantitativamente essas questões também são elucidadas. Enquanto em 1950, 31% da população concentrava-se em espaços urbanos, cerca de 38 milhões de habitantes, na primeira década do século XXI esse número alavancou a 138 milhões de habitantes, o que representa um aumento de mais de 1000% da população urbana (MARICATO, 2009). Esse crescimento em uma curta escala temporal leva ao crescimento anárquico dos espaços urbanos, explicitados por um processo de expansão dispersa (PRADILLA, 1980; CASTELLS, 1973; VILLAÇA, 2001).

O Estado, com o propósito de abrigar esses processos migratórios, passa a incentivar investimentos em infraestrutura nos espaços urbanos e alavancar o desenvolvimento industrial (HARVEY, 1980). Contudo, sua participação coexistia com o poder das esferas mais abastadas socioeconomicamente (VILLAÇA, 1999), e a cidade passou a se formar conforme seus interesses, seguindo o modelo eurocêntrico, oriundo do seu passado colonial – abandonando os centros e se deslocando rumo às periferias. Assim, o processo de produção habitacional nesse contexto atendeu a população que concentrava maior renda.

No viés socioeconômico, os países latino-americanos pautaram-se em uma economia industrial a qual os padrões de consumo e de habitação eram voltados à construção de casas de aluguel ou a loteamentos irregulares – esse último caso, ocorrendo principalmente no campo –, resultando em problemas habitacionais intrínsecos ao crescimento populacional nos espaços urbanos, como a importância da propriedade

fundiária como base do capital, trabalhadores incapazes de obter acesso a conjuntos habitacionais e à produção da casa.

Pradilla (1980) conceitua essas problemáticas através da Teoria da Marginalidade, uma vez que apresenta os países latino-americanos como periféricos no tocante ao desenvolvimento social em comparação aos países centrais, e cabe ao Estado a efetivação de políticas públicas para seu desenvolvimento. Esse conceito pode ser entendido tanto em macro escala, conforme supracitado, quanto em microescala, onde Quijano (1973) reflete que o distanciamento nas cidades vão além da distância física, sobressaindo também questões socioeconômicas de distanciamento.

No Brasil, as questões habitacionais e a relação campo-cidade datam de condições históricas na divisão territorial, uma vez que essas foram baseadas e originadas em uma sociedade historicamente latifundiária e com desigualdade econômica (LEONEL JUNIOR, 1960). Corroborando com condições históricas, ao longo da década de 1950, os EUA atrelados a Organização das Nações Unidas implementaram uma série de práticas agrícolas – chamadas de Revolução Verde (MOREIRA, 2013), promovendo mudanças na estrutura agrária brasileira a partir de então (POZATTI et al., 2019). Embora considerada uma “revolução” no modelo produtivo do campo, o pequeno produtor do campo foi asfixiado pelo mesmo, e passa a enxergar a cidade como uma alternativa de moradia. Conforme explicitado no artigo, esse contingenciamento populacional nas cidades, vinculado a um carecente planejamento, as problemáticas urbanas são evidenciadas – como o desemprego e a desigualdade social (ROLNIK, 2015; VILLAÇA, 1999).

Na busca pela resolução dessas problemáticas, o Estado alavancou algumas práticas que não apresentaram fortalecimento do mercado interno e não desenvolveram as forças produtivas e a modernização da sociedade (MARICATO, 2011). Isso ocorreu devido ao aparelhamento entre o Estado e os agentes capitalistas (AZEVEDO, ANDRADE, 1981; MELO, 2013).

De outro lado, a modernização de práticas agrícolas alavancou a produtividade no campo, fazendo do Brasil um país agroexportador (MANDRIM et al., 2016) e monocultor, tornando-o um ambiente atrativo para investimentos (VAN DER PLOEG, 2016). Sociologicamente o mercado valorizou a propriedade - como terra para viabilizar a produção - através da propulsão de latifúndios (MARQUES, 2018). Por sua vez, essas condições inferem totalmente em questões habitacionais no cenário nacional, tanto no tocante aos espaços urbanos quanto aos rurais, que serão debatidos no capítulo subsequente.

### **A questão habitacional urbana no Brasil**

Conforme observado, diversas foram as problemáticas apresentadas para estruturação e formação do espaço urbano e rural. A diferenciação entre classes sociais e concentração de renda alteraram os padrões habitacionais no continente latino e inúmeras tratativas de políticas de moradia foram evidenciadas desde o início do século XX.

O padrão observado no século XIX e no início do século XX era pautado em uma economia agroexportadora que, com a crise mundial de 1929, teve seu declínio, principalmente devido à baixa dos preços dos bens produzidos e à fuga de capital a esses países, uma vez que a economia estava vinculada a um padrão de produção industrial totalmente pautado em exportação (FURTADO, 1978).

Países como o Brasil, por exemplo, se industrializaram com maior rapidez, principalmente até a década de 1950 – em setores como energia, transporte, telecomunicações, etc. (CANO, 2007). Isso exponenciou o mercado interno, uma vez que as regiões econômicas nacionais se integraram, atreladas ao aumento do corpo técnico estatal, sendo de suma importância para as políticas habitacionais no país.

Assim, embora esse crescimento econômico e territorial tenha corroborado a produção no campo, as estruturas latifundiárias e as questões habitacionais nesse espaço, vinculadas à exploração do trabalhador no campo, não foram alteradas. Singer (1998) destaca que a manutenção desses mecanismos de exploração do trabalho no campo somente acomodou as relações campo-cidade já existentes, mantendo as questões estruturais nas quais os latifúndios se mantiveram como uma estrutura fundamental no padrão socioespacial. A inerente migração às cidades – de uma população economicamente mais frágil – acarretou uma concentração populacional urbana.

A complexidade das redes urbanas ocasionou situações como a concentração industrial, levando a um aumento na divisão do trabalho entre as regiões (CANO, 2007) e fomentando o supracitado movimento de migração interna nacional – visto a chegada de uma população que apresentava questões como a pobreza escancaradas a sua frente. Atrelado a isso, a lógica urbana era pautada em uma população assalariada de baixa renda, sem acesso a bens de consumo – como a moradia – gerando problemas habitacionais.

Com o decorrer, ocupações de menor infraestrutura, como as favelas, majoritariamente habitadas pela população que migrou do campo, passam a se exponenciar no espaço urbano, segregando-se da elite do capital urbano (MARICATO, 1982). Esse formato de ocupação multiplica-se a partir da década de 1950, e a construção de moradias de formas coletivas ganha cada vez mais destaque nessas localidades.

Por outro lado, a elite socioeconômica desses espaços demandou cada vez mais infraestrutura, assim como a oferta de moradia que, por sua vez, não tinha nem a demanda necessária de materiais – oriunda da deficitária cadeia industrial de materiais de construção nacional – nem o controle da totalidade do mercado de terras, advinda do mercado especulativo financeiro, agente esse que regulou o espaço urbano nacional ao longo das décadas (VILLAÇA, 1999). O reflexo desse cenário é a terra sendo considerada parâmetro financeiro, o que vai ao encontro da questão agrária nacional, que também sofre dessa especulação, uma vez que o espaço produtivo agrário foi transformado em espaço especulativo, diminuindo a sua utilização pautada na agricultura à escala de atendimento da demanda da população urbana.

O principal fundamento econômico da especulação financeira é pautar-se em períodos de elevação e de recessão, e o preço do valor da terra também é condicionada por tal questão. A questão da moradia também é direcionada por essa pauta, uma vez que o aumento ou a queda do valor da moradia também são direcionados por esses parâmetros. O Estado, que teria como questão prioritária regular essas questões, assim como uma reforma agrária, é vinculado às classes mais abastadas socioeconomicamente. Ademais, na questão habitacional, cabe ressaltar que grande parte da população residente nos espaços urbanos não conseguiu efetivamente adquirir imóveis no mercado formal. Mais uma vez, a autoconstrução, apresenta-se como uma alternativa ao acesso à moradia.

Essa metodologia de habitação soma-se ao trabalho que os moradores, muitas vezes, exercem no mercado de trabalho, e está vinculada à população que apresenta maior vulnerabilidade socioeconômica. Por fim, a autoconstrução também é, muitas vezes, condicionada à ocupação de lotes ilegais, incorporando terras rurais ao espaço

urbano. Esse padrão habitacional foi consolidado a partir da década de 1930 e, no caso do Brasil, exponenciou-se devido à queda dos produtos produzidos no espaço rural por pequenos produtores (CORREA, 1989), além da ocupação de terras privadas e pequenos lotes urbanos.

Por fim, esse contingente populacional ainda utilizava da poupança financeira e tinham acesso à compra de terrenos. Na década seguinte, com a efervescência da industrialização, o aumento do preço dos lotes evidenciou-se e impediu o acesso dessas classes à moradia, aumentando o crescimento de habitações periféricas, já que a infraestrutura urbana não suportava o contingente populacional que chegava a seus espaços (CANO, 2008).

Como efeito, a partir da década de 1960, os problemas urbanos, principalmente no tocante à habitação, ganham cada vez mais destaque. Ademais, as relações campo-cidade ficam cada vez mais correlacionadas aos latifúndios e à especulação financeira dos agentes capitalistas, que impedem uma construção espacial que vincule esses dois ambientes. Como meio de romper com essas problemáticas, a era Vargas (1930-1945) priorizou questões habitacionais em suas políticas públicas, a fim de atender à demanda do montante vulnerável socioeconomicamente – em grande maioria, os trabalhadores. Anteriormente a esse momento, questões referentes à habitação no território nacional eram pautadas somente em reformas higienistas e conglomerados populacionais em cortiços (MARICATO, 1987). Sobre esse período, Bonduki (2004) o objetivo dos governos desenvolvimentistas era estimular a criação de uma solução habitacional de baixo custo na periferia, vide sua conveniência para o modelo capitalista que se implantou no país.

Desse modo, a Era Vargas direcionou-se a políticas habitacionais no espaço urbano. A criação das carteiras prediais, por exemplo, tinha como finalidade conduzir a produção de moradias por parte do Estado, além de regulamentar ações econômicas relacionadas a lotes urbanos e à Lei do Inquilinato, responsável por auxiliar inquilinos em problemáticas referentes ao aluguel. Essas políticas impactaram na especulação imobiliária, enfatizando o estímulo à produção de casas próprias por parte dos trabalhadores em oposição ao pagamento de aluguéis.

Nesse cenário, destacaram-se a Fundação Casa Popular (FCP) e os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP). O primeiro foi pioneiro no que se refere à abordagem de questões habitacionais – tendo caráter centralizador –, e buscou a melhoria nas condições de moradia social, assim como que a política de financiamento fosse atrelada às Caixas Econômicas e aos IAPs. A FCP foi de encontro ao setor imobiliário privado, pois objetivava a centralização do consumo e dos materiais de construção. As IAPs, por sua vez, foram de suma importância para a viabilização de incorporações imobiliárias, contribuindo a especulação imobiliária, inerente a questões sociológicas (BONDUKI, 2004).

Todavia, a FCP não alçou suas metas, uma vez que não foi possível obter lucro nos seus investimentos (BONDUKI, 2004). Nesse período, aproximadamente 140 mil moradias foram construídas devido ao FCP, atendendo demandas de políticas habitacionais articuladas que abrangeram municípios como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Cabe destacar que, embora essas políticas tenham abraçado faixas da população mais baixas, elas só foram possíveis perante a concepção de agentes capitalistas da construção civil, que exponenciaram sua produção ao longo desse período (AZEVEDO, ANDRADE, 1981). Entretanto, cabe ressaltar como ponto positivo dessas questões o processo embrionário de financiamento de habitações para a população de baixa renda.

A partir desse momento, o que se observou no território nacional foi a emancipação da indústria pautada na construção civil – enfatizando inclusive sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Contudo, entre as décadas de 1950 e 1960, tensões atribuídas ao desequilíbrio de finanças públicas, atreladas à inflação e ao advento do neoliberalismo, mudaram o papel do Estado nas políticas públicas. Concomitantemente a esses imbrólios, surgiram movimentos sociais que reivindicavam melhores reformas de base, abrangendo tanto a escala urbana quanto a rural – e como resposta, no território brasileiro, tivemos o golpe militar e a ditadura (FURTADO, 1978). Por efeito, inevitavelmente, observou-se a repressão aos movimentos trabalhistas e, no caso das relações agrárias, alavancou ainda mais a modernização do campo, levando às migrações internas.

No campo, a modernização e, nas cidades, as inerentes desigualdades sociais já existentes eclodiram. Do ponto de vista sociológico e econômico, a pobreza urbana e rural perpetuou-se, visto que o consumo e o poder de compra não foram igualitários para todas as classes do nosso território, e o déficit habitacional foi evidenciado. No Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, enquanto o crescimento das cidades aumentou, o acesso à moradia diminuiu – ainda que a construção civil tenha grande destaque na economia nacional, o que demonstra que, embora a exploração e não valorização da mão de obra dos setores de baixa produtividade, a especulação do capital e das terras ainda era forte no nosso território, impactando impreterivelmente questões habitacionais, levando lucros exorbitantes a esses agentes. Como resultado, uma mudança no paradigma econômico e salarial foi implementado, levando à emancipação salarial de algumas classes, que passaram a ter acesso às políticas governamentais de habitação. Todavia, nesse momento, as políticas ainda eram pautadas em classes específicas, não atendendo à totalidade das parcelas da sociedade.

Conseqüentemente, lutas pelas reformas urbana e agrária, oriundas de classes populares, ganharam enfoque, e a questão habitacional passou ser observada como um dos fatores prioritários para política estatal. O Governo Militar considerou as políticas habitacionais uma forma de legitimar suas pautas junto à população e, a partir de 1964 o Banco Nacional de Habitação (BNH), o Sistema Nacional de Habitação (SNB) e os Conjuntos Habitacionais (COHAB) foram difundidos como órgãos importantes para o financiamento habitacional (MELO, 2013). Os capitais necessários para tais órgãos são oriundos de depósitos da caderneta de poupança e do fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS), por meio de empregadores formais que depositavam, obrigatoriamente, quantias de seus salários nos fundos.

Ademais, destacam-se também as Cooperativas Operárias, voltadas à população cuja faixa salarial era entre três a seis salários mínimos – financiados pelo BNH, que utilizava os recursos para construção de conjuntos populares. No tocante às políticas habitacionais voltadas às rendas mais elevadas, o capital era oriundo do esquema de poupanças e administrado no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

A participação do BNH em políticas habitacionais exponencia-se anualmente. Entretanto, Bolaffi (1982) registra que o maior problema enfrentado por essas políticas foi a transferência de suas funções ao setor privado, indo de encontro ao que era sua política habitacional primária. Não só isso, mas também conferiu a segregação social, as habitações periféricas e ilegais, etc. (MARICATO, 1987), concedendo benefícios desses programas às classes altas e não aos trabalhadores do campo e da cidade que necessitavam das mesmas. Ou seja, na teoria, o programa tinha como objetivo atender classes menos abastadas socioeconomicamente, e, na prática, atingiu a elite e as classes mais altas do território nacional, estimuladas pelo Estado, através do fomento da produção de casas populares (as quais tinham lacunas legislativas) que privilegiavam o financiamento de faixas salariais superiores à proposta.

Como resposta, as empresas, indústrias de construção, loteadores e agentes capitalistas foram fortalecidos nesse período, acumulando capital e reforçando a especulação imobiliária. Ademais, grande parcela da população, embora contribuindo para as cadernetas de poupanças e para o FGTS, não teve acesso às políticas habitacionais. Esse modelo de política, atrelado às crises econômicas mundiais, deram luz às políticas neoliberais, que implicaram na atuação do Estado, de modo que os agentes privados passaram a ter voz em decisões estatais (HARVEY, 2013). Ao final da década de 1980, o Brasil foi reestruturado em pautas neoliberais e, na década de 1990, um novo paradigma político cuja pauta era desestatizar o planejamento e intervenção por parte do Estado – inoculando o capital a empresas e agentes capitalistas estrangeiras – foi emancipado. Como resultado, cortes orçamentários estatais foram necessários, e políticas habitacionais foram depostas, principalmente a partir do fim do BNH, no ano de 1986 (VILLAÇA, 1986).

No campo esse processo também é observado, pois, como reflexo dessas políticas, a abertura comercial e financeira foi observada, exponenciando a tecnologia no campo e abertura aos latifúndios, caminhando ao passo que políticas urbanas também se alteravam, dando ênfase ao sucateamento dos conjuntos habitacionais – que entraram em falência devido à falta de investimento (VILLAÇA, 1986). Durante a década de 1990, as políticas externas que regavam a economia nacional eram os setores ligados à agricultura agroexportadora (LEONEL JUNIOR, 2016), refletindo na continuidade do êxodo rural decorrente das décadas anteriores, devido à ausência de reformas agrárias e de políticas que contribuíssem com o vínculo entre a habitação na cidade e no campo.

Ou seja, enquanto o campo é representado por produtores pautados em exportação, na cidade observa-se o desemprego e as desigualdades sociais (VILLAÇA, 1999), oriundos da precarização da mão de obra. Como reflexo, observa-se a queda de financiamentos e gastos em habitação, assim como a piora nas condições habitacionais. Apropriando-se de pautas neoliberais, tentativas de descentralização de políticas de habitação foram efetuadas, como o programa Habitar-Brasil, através de recursos do Orçamento Geral da União, com atendimento prioritário a famílias com renda de até três salários mínimos. Esse programa tornou-se o Habitar-Brasil/BID e utiliza-se de lógicas de financiamento de organismos privados (AZEVEDO, ANDRADE, 1981).

No ano de 1995, a Carta de Crédito Individual (CCI) – voltada à classe média, através de financiamentos para compra direta ao mercado – e o Pró-Moradia de Habitação Popular foram criados, esse último semelhante ao proposto pelo BNH (AZEVEDO, ANDRADE, 1981). Em 1999, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) foi criado em formato de arrendamento – dinheiro para o programa era oriundo do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) –, considerado um projeto pioneiro para os padrões construtivos. Esse mesmo programa, após 2003, passou a adequar-se à população que tem renda de até quatro salários mínimos, e foi chamado de Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Atrelado a essas políticas, a criação do Estatuto das Cidades, no ano de 2001, introduziu uma série de ferramentas e de instrumentos públicos voltados à habitação, assim como a regulação sobre a função social da terra, combinando o uso do solo aos Planos Diretores municipais, buscando atenuar desigualdades urbanas e territoriais (BRASIL, 2001). Assim, a partir dos anos 2000, uma série de políticas públicas pautadas na valorização da mão de obra e do salário mínimo foram aplicadas e o poder de compra e de crédito imobiliário passou a se destacar. Nesse contexto, o PMCMV foi fundamental para o desenvolvimento do setor habitacional, fato que também contribuiu para o crescimento da construção civil.

Todavia, essas relações no campo foram vistas de um outro ponto de vista, uma vez que a economia, além de agroexportadora, agora concentrava-se em commodities (CANO, 2012), através da expansão da fronteira agrícola, estreitando a relação entre o campo e a cidade. Em muitos casos, o próprio processo de formação urbana é correlacionado a esse tipo de economia – descaracterizando questões habitacionais.

Conclui-se, portanto, que inúmeras políticas habitacionais foram pleiteadas ao longo das décadas no território brasileiro. Entretanto, o distanciamento entre o campo e a cidade foi cada vez mais evidenciado com políticas públicas que influenciaram nesse âmbito. Primeiramente, devido ao aparelhamento, muitas vezes estrutural, entre os grandes agentes capitalistas e o Estado. Em um segundo momento, destaca-se o fomento ao agronegócio e suas políticas exportadoras, distanciando-se dos espaços urbanos. Por fim, cabe ainda ressaltar que uma parcela da população urbana ainda não possui acesso à moradia, embora promulgado o Estatuto da Cidade, o que ilustra tanto a desigualdade quanto o elevado contingente populacional nas cidades.

### **Iniciativas de estreitamento das relações campo-cidade**

Atualmente, a produção no campo é pautada pelo latifúndio e seus agentes. Historicamente, apesar de tão propagada e debatida, a reforma agrária – nos moldes que abraça pequenos e médios produtores e que desvincule o campo dessa cadeia produtiva – ainda não foi realizada. Ainda assim, são identificadas no cenário atual algumas alternativas que se diferenciam da dinâmica predominante dos modelos de produção, que estimulam o estreitamento das relações campo-cidade e amenizam os efeitos da deficitária política de habitação nos espaços rurais.

Nos anos 1990, algumas políticas habitacionais buscavam desenvolver o espaço rural para além dos latifúndios agroexportadores, visando a integrar setores que desenvolvessem o campo e seus trabalhadores. Contudo, somente no ano de 2003, através do Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR), houve uma tentativa de atender famílias que apresentam renda entre um e três salários mínimos que habitassem os espaços rurais, abraçando cerca de 74% dos domicílios rurais do país no mesmo ano (DIEESE, NEAD, MDA, 2006). Esse contingente populacional não se configurava entre os expoentes econômicos do seu setor, sofrendo problemáticas socioeconômicas que levaram uma grande parcela de seu contingente às cidades nas décadas anteriores.

A partir de então, as pautas que regiam grande parte da extensão agrícola no campo deixaram de ser orientadas pela produção agropecuária e sua produção passou a ser direcionada aos espaços urbanos nacionais, através desses produtores que apresentavam rendas inferiores a três salários mínimos, além de agricultores familiares e orgânicos (ROVER, 2007). Contudo, não somente o avanço de políticas sociais de moradia efetivaram essas questões, mas também a participação social, com movimentos sociais oriundos do campo, tiveram influência para a habitação nesses espaços. Para efeito de constatação, o Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), no ano de 2020, foi o maior produtor orgânico de arroz da América Latina (SILVA, SOUZA, SANTOS, 2021).

Além disso, questões como o direito à aposentadoria especial para os agricultores e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) são outras políticas pautadas nas demandas das populações rurais (ROVER, 2007).

Do ponto de vista técnico, a produção agrícola em escala local é uma das alternativas que compõem a miscelânea de práticas que fomentam essas novas relações (MARQUES, 2020), uma vez que o produtor e a população urbana interrelacionam-se (PETRINI, 2015), levando a uma transformação espacial no campo – permeada

por pequenos produtores coletivos (CHAYANOV, 1986) que devem modernizar suas técnicas agrícolas (ABRAMOVAY, 1998) – que historicamente abrangeu somente latifundiários. As cooperações também aprimoram as relações campo-cidade (diferentemente das cooperativas, estruturalmente capitalistas) (SCHNEIDER, 1981). Assim, o cooperativismo, pode ser entendido como uma estratégia de proteção aos trabalhadores contra as adversidades vivenciadas por pequenos produtores – uma vez que os créditos e terras recebidos pelo Estado são insuficientes (SCOPINHO, 2007).

Esse modelo auxilia a desenvolver a sociabilidade e geração de renda da agricultura familiar – corroborando pela permanência da mesma nesses espaços – juntamente a iniciativas coletivas e adoção de novas metodologias sustentáveis de plantio, como a agroecologia, a sintropia e a permacultura (SCOPINHO, 2007). A primeira aborda uma perspectiva holística, vinculando os saberes populares do campo ao conhecimento acadêmico (GLEISSMAN, 2001), com mercado voltado a espacialidade local (MANFRIM et al., 2016). A segunda e a terceira também são alternativas à produção capitalista, usando recursos de recuperação do solo e análise ambiental para organizar seu cultivo – de modo que haja o mutualismo (GOETSCH, 1997). Apesar de heterogêneas em conceitos, todas abordam a constituição da relação entre campo-cidade de forma sustentável do viés socioeconômico e ambiental.

Essas técnicas têm relevância visto seu caráter universal, pois rompem paradigmas da produção agroexportadora, permeando discussões voltadas ao direito à terra rural e a garantia do cumprimento da função social da propriedade. Entretanto, somente a produção por meios alternativos não rompe o distanciamento entre campo-cidade e suas deficitárias políticas habitacionais, e são necessários movimentos que conectem as populações desses espaços. Para tal, o entendimento da morfologia urbana e circulação de capital são fundamentais.

Por exemplo, através da influência capitalista de agentes na gestão urbana (MELO, 2013), os espaços públicos tornam-se negligenciados (TAKAKI; COELHO, 2008; FILHO, 2020), sendo considerados um espaço residual entre construções. Assim, medidas que revivam a utilização dos desses espaços são necessárias – através de, por exemplo, feiras livres, que atuam tanto como mecanismo de renda para pequenos produtores quanto a reutilização de espaços públicos – (AMOR et al., 2012; CUNHA, 2014; SOUSA et al., 2017).

Como exemplo dessa proposta, observa-se o Mercado Ver-o-peso, em Belém (PA), instaurado oficialmente no ano de 1987 (IBGE, 2019). De tal modo a outros centros comerciais a feira, ao longo do século XX, sofreu com o modelo capitalista de produção implementado, e somente no ano de 1999, através de uma revitalização, o local passou a se tornar um polo comercial, onde o pequeno produtor tem caráter participativo no fluxo mercadológico regional (SOUZA; SILVA, 2009).

Destacam-se também a Feira Meia dois Nove, em Ananindeua (Belém – PA) e a Praça Israel Plads/Cobe, em Copenhague, na Dinamarca. A primeira é um espaço que concebe feiras semanais, enquanto a segunda é uma praça revitalizada que concentra produtores regionais. Sinteticamente, as feiras livres se apresentam uma alternativa contrária ao mercado capitalista regente internacionalmente, visto suas condicionantes conectoras entre campo-cidade, estreitando vínculos e dando caráter identitária as mesmas. Do ponto de vista empírico, as feiras livres por si só não alteram os problemas habitacionais no campo da cidade, mas, do ponto de vista prático, esses espaços permitem a conexão entre o contingente populacional que está situado no campo – inerentemente ao auxílio do PNHR – à população urbana.

Juntamente ao modelo, observa-se também a organização de comunidades urbanas e associações de condomínios – tipologia habitacional mais difundida a partir do século

XXI – para efetivação de contratos com pequenos produtores rurais, levando a uma relação mutualista. O projeto “Campo-Favela” elucidava esse modelo, pois beneficia cerca de 1.300 pequenos produtores da região de Piedade e do Vale do Ribeira, além de 29 mil famílias das comunidades Jardim Colombo, Heliópolis, Capão Redondo, Paraisópolis Cidade Tiradentes, São Miguel, Complexo da Maré (RJ) juntamente com Comunidades Indígenas Guaviraty, Itapoã, Ka’aguy Poty, Araça Mirim, Pindoty, Pakurity e Jejty (INSPER, 2020).

A ideia do projeto é implementar uma logística de promover alimentos saudáveis diretamente dos produtores às favelas. Enquanto os primeiros conseguem maior lucro (comparativamente a venda para redes varejistas) o segundo adquire o produto por um valor menor se também comparado a essas redes (INSPER, 2020). Destaca-se também a conscientização da origem dos seus alimentos, fortalecendo a relação campo-cidade, juntamente com a disponibilidade de aplicativos de delivery e ampliação do acesso a internet na área rural (BRASIL, 2020).

Nos últimos anos vem se evidenciando também a chamada Agricultura Urbana caracterizada pela integração aos sistemas econômico e ecológico urbano (SOUSA; CALAÇA, 2019). Se destacam as relações de troca de recursos, produtos e serviços, compreendendo o cultivo, criação, processamento e distribuição de uma grande diversidade de produtos alimentícios e não alimentícios (MOUGEOT, 2001).

Branco e Alcântara (2011) verificaram que, na década de 90, hortas urbanas eram predominantemente de caráter doméstico e não possuíam subsídio estatal, sendo que a partir da virada do século, passaram a ser mais significativas as hortas de caráter comunitário, inclusive em terrenos públicos e com subsídio estatal. Este mesmo estudo apontou este tipo de iniciativa como ferramenta de combate à pobreza, uma vez que a Agricultura Urbana é, majoritariamente, desenvolvida como complemento de renda e autoconsumo por indivíduos em vulnerabilidade social.

Além desses benefícios, a Agricultura Urbana contribui para questões ambientais, pois possui o potencial de aumentar permeabilidade do solo urbano, para questões de saúde pública, pois tem potencial de contribuir para melhoria da segurança nutricional e para questões urbanísticas, pois tem potencial de revitalizar espaços urbanos subutilizados, ocupando praças, margens de rodovias e lotes baldios (SOUSA; CALAÇA, 2019).

### Considerações finais

As políticas habitacionais nacionais, ao longo do século XX, fomentaram processos urbanos de ocupação e distribuição territorial, muito embora não tenham extinguido as problemáticas nesses espaços. O êxodo rural e a migração da população às cidades ao longo do século exacerbaram essas condicionantes, causando desigualdades e a necessidade de efetivação de políticas e sistemas habitacionais nas cidades.

Embora tardiamente – como nos ilustrou a necessidade da autoconstrução, já na década de 1930 –, alguns programas habitacionais, como o FCP, a IAP e o BNH buscaram corrigir questões habitacionais. Sobretudo, a especulação financeira e imobiliária da elite socioeconômica sempre esteve atrelada às políticas habitacionais, o que não contribuiu para a atenuação desses embates. Ademais, o “esquecimento” de políticas de moradia para a população do campo causou o avanço das fronteiras agrícolas, assim como a expansão dos latifúndios, que voltaram toda sua produção ao mercado externo.

Assim, a representação do alimento como caráter mercadológico é um reflexo dos processos capitalistas atuais – onde seus agentes contribuem para essa dominação – destituindo a cadeia de relação entre campo-cidade, juntamente a inerência de políticas públicas que as correlacionem. Progressivamente, a crescente urbanização e acúmulo de capital – atrelado ao solo com valor de uso – fomentaram a reprodução campo-cidade da forma que vivenciamos desde 1950, como o latifúndio monocultor e políticas agroexportadoras. Historicamente, a revolução comercial e industrial já elucidara um processo de acumulação capitalista e de desigualdades socioeconômicas nesses espaços.

O distanciamento entre o campo-cidade, ademais, tornou-se cada vez mais evidenciado, devido a ineficiente reforma agrária e emancipação de grandes corporações capitalistas, distanciando o consumidor-produtor.

Por outro lado, métodos alternativos promovidos pela agricultura familiar e cooperações – como a agroecologia, a permacultura e a sintropia apresentam a utilização do espaço físico de modo sustentável e que desvincule sua produção do modelo existente. Entretanto, somente essa questão não resolveria a problemática proposta – principalmente ao distanciamento campo-cidade. Na primeira década dos anos 2000, algumas legislações referentes à moradia no campo passaram a ganhar enfoque – quase sessenta anos após as primeiras políticas habitacionais – e a reforçar o estreitamento desse vínculo, tornando-o palpável.

Nesse sentido, propõe-se, também, a retomada de práticas que vinculem as populações do campo e da cidade nos espaços urbanos, como as feiras livres, visto seu alcance a pequenos produtores, através de seu caráter regional, além da supracitada busca de relações interpessoais entre os produtores e consumidores, conectando, mais uma vez, esses espaços tão dicotômicos e conectados historicamente e estruturalmente. A utilização dos espaços públicos, comumente negligenciados por agentes reprodutores do espaço, apresentam-se como uma importante localidade para realização dessas feiras.

Parcerias diretas de comunidades vulneráveis com produtores rurais e iniciativas de Agricultura Urbana evidenciam ainda mais o alimento como promotor de transformação socioespacial, pois tem potencial de impactar questões ambientais, de saúde pública e urbanísticas.

Estas alternativas são promissoras no sentido de fomentar a interação direta entre produtor e consumidor e a mobilização coletiva, vide a conscientização da origem dos alimentos, atrelado ao reforço nas relações interpessoais, levando ao estreitamento da relação campo-cidade e de políticas habitacionais efetivas, tanto no espaço urbano quanto no rural.

### Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

## Referências

- ABRAMOVAY, R. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. *Estudos Avançados*, São Paulo, n.12, v.32, p. 69-74, 1998.
- AMOR, A.L.M. et al. Perfil de manipuladores e consumidores de hortaliças provenientes de feiras livres e supermercados. *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador, n.36, v.3. p. 792-815. 2012.
- AZEVEDO, S.; ANDRADE, L.A.G. *Habitação e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.
- BOLAFFI, G. Planejamento urbano: reflexão sobre a experiência recente. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, p. 50-53, 1982.
- BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. *Análise social*. Lisboa, p. 711-732, 1994.
- BRANCO, M.C.; ALCÂNTARA, F.A. de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? *Horticultura Brasileira*. vol. 29, n.3, p. 421-428, 2011.
- BRASIL. Medida Provisória nº 1.018, de 18 de dezembro de 2020. Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional. Brasília: *Diário Oficial da União*, 2021.
- BRASIL. *Lei n. 10.257, de 10 de junho de 2001*, Regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecem diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. 2021.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970*. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.
- CANO, W. *Desconcentração produtiva do Brasil 1970-2005*. São Paulo: UNESP, 2008.
- CANO, W. *Ensaio sobre a crise Urbana do Brasil*. 1. ed. Campinas: Unicamp, 2012.
- CASTELLS, M. *Imperialismo y urbanización en América Latina*. 1º ed. Barcelona: Gustavo Gili. 1973.
- CHAYANOV, A. *The Theory of Peasant Economy*. 1º ed. Wisconsin: The University of Wisconsin Press. 1986.
- CORREA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- COSTA, A.A.G. Rakushisha: Heterotopias, não-lugares e silêncio. *Letrônica*, Porto Alegre, v.7, n.1, p.351-365. 2014.
- CUNHA, J.G. *A feira livre do município de Mari-PB: uma análise histórica, geográfica e socioeconômica*. 2014, 23p. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual

da Paraíba, Graduação em Geografia, Centro de Humanidades, Guarariba.

DEÁK, C. *A Cidade: do Burgo a metrópole*. *Espaço & Debates*, São Paulo, v.11, n.34, p.113-119, 1991.

DEANE, P. M. *The first industrial revolution*. Cambridge University Press, 1979.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS; NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Estatísticas do meio rural*. São Paulo: DIEESE, NEAD, MDA, 2006. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/anuario/2006/anuarioMeioRural2006.pdf>> Acesso em: 28 de nov. de 2019.

FILHO, J.B.M.T. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebviana. *Rev. Direito e Práx*, Rio de Janeiro, v. 11, n.1. p. 370-404, mar. 2020.

FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966.

FURTADO, C. *A Economia Latino-Americana*. 2. ed. São Paulo: C. Ed. Nacional, 1978.

FURTADO, C. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

GREENFIELD, G. M. *Latin American urbanization: historical profiles of major cities*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1994.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo. Atlas. 4º ed. 2002.

GLIESSMAN, S. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 2001.

GÖTSCH, E. *Homem e Natureza: Cultura na Agricultura*. 2. ed. Recife: Centro Sabiá, 1997.

HOBSBAWN, E. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

INSPER. *Projeto Campo Favela leva 367,2 toneladas de alimentos para famílias carentes*. Insper: São Paulo (SP). 2020. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/noticias/projeto-campo-favela-367-toneladas/>>. Acesso em: 8 de jan. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Boulevard Castilhos França : Belém (PA)*. *Biblioteca Catálogo On-line*. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=42419&view=detalhes>> Acesso em: 28 de nov. 2019.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC. 1980.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Revista Espaço e Debates*, São Paulo, n. 6, p.7-35, 1982.

- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume. 2006.
- LEFEBVRE, H. *Spacio y Política*. Barcelona: Península. 1976.
- LEONEL JÚNIOR, G. *Direito à agroecologia: a viabilidade e os entraves de uma prática agrícola sustentável*. 1. ed. Curitiba, PR: Prismas, 2016.
- MANFRIM, E. *et al.* (2016). Curso de formação em agroecologia: o início da transição agroecológica na região de Uberlândia (MG). *Cadernos De Agroecologia*, v. 10, n. 3. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18880>> Acesso em: 27 de jul. de 2021.
- MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-omega. 1978.
- MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- MARICATO, E. Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo; RAICHELIS, Raichelis (Org.) *A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública*. São Paulo: EDUC, 2009, Posfácio, p269 - 293.
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 2011.
- MARQUES, L. *Capitalismo e o Colapso Ambiental*. 1º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2018.
- MARQUES, L. Pandemics, Existential and non-Existential Risks to Humanity. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v.23. jul., 2020. Disponível em:< [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2020000100911&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2020000100911&lng=en&nrm=iso)> . Acesso em: 15 de dez. de 2020.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1º ed. 1983.
- MELO, W.F. A Ditadura, a questão da moradia e a modernização excludente: Roberto Campos em defesa do Sistema Financeiro de Habitação. *Verinotio*, Rio das Ostras, n.17, p.91-101, abr. 2013.
- MOREIRA, R.J. Críticas Ambientalistas à Revolução Verde. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.8, n.2., p.39-52, 2013.
- MOUGEOT, L.J.A. Agricultura urbana: concepto y definición. *Revista Agricultura Urbana*. Vol.1, n.1, p.5-7. 2001.
- PETRINI, C. *Comida e liberdade: slow food - histórias de gastronomia para a libertação*. São Paulo: Senac São Paulo, 2015.
- PLOEG, J.D. *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano*. Porto Alegre/São Paulo, Ed. UFRGS/UNESP, 2016.
- PORTES, A. Urban Latin America: The Political Condition from Above and Below. In: ABU-LUGHOD, J. L.; HAY, R. (ed.). *Third world urbanization*. London; New York: Routledge, 2007.
- POZZETTI, V.C.; SANTOS, U.A.C.; MICHILES, M.P. O direito humano à alimentação saudável: da revolução verde ao projeto de lei de proteção de cultivares (PL n° 827/2015). *Relações Internacionais do Mundo Atual*, Curitiba, v. 22, n.3. 2019. Disponível em:< <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/3906/371372237>>. Acesso em: 0 de jan.2021.
- PRADILLA, E. Política Social de Vivienda Y Urbanización em América Latina. *Transcripción de la conferencia que ofreciera Emillio Pradilla em al Centro Latinoamericano de trabajo social*. 1980.
- QUIJANO, A. “La Formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina”. In: CASTELLS, Manuel. (Comp.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, p. 141-166. 1973.
- ROLNIK, R. *O que é cidade*. Brasiliense. 1º ed. 88 p. 1994.
- ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo. 2015.
- ROCHA, F.A.G. et al. Características socioeconômicas dos comerciantes de plantas medicinais de Currais Novos/RN. *Holos*, Natal, v.4. p. 87-100. 2013.
- ROVER, O.J. *Redes de poder e governança local: análise da gestão político administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina*. 2007. 253 p. Tese (Doutorado em Desen-volvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- SANTOS, M. São Paulo, Metrópole Corporativa. *Revista de Adm. Pública*, n.23, v.1. 1989.
- SANTOS, M. Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza. In: *Economia espacial: Críticas e alternativas*. São Paulo: Edusp. 2003.
- SCHNEIDER, J.E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez, p. 11-40, 1981.
- SCOPINHO, R.A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. *Psicologia & Sociedade*. v. 19, n. 1, p. 84-94, 2007.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 1º ed. São Paulo. Contexto. 1973.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-omega. 1978. Cap. 1, p. 21-37.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- SILVA, R.C.F.; SOUZA, J.B.; SANTOS, M.O. A Crise, a Covid e o Preço do Arroz: Práticas Alimentares, Políticas e Movimentos de Resistência. *Revista Práxis*, 2, 174–188. 2021.
- SOUZA, R. P. DE O.; CALAÇA, M. Agricultura urbana. *Revista Campo-Território*, vol.14, n.32, p.239-265. 2019.

SOUZA, E.S.; SILVA, P. Perfil socioeducacional e identidade do feirante de Itabaiana–SE. *Revista Psicologia & foco*, Aracaju, v.2, n.1, p. 66-76, jan/jun 2009.

SOUZA, E. et al. Prospecção socioeconômica em feiras livres: o caso do Complexo do Ver-o-Peso, Belém, Pará, Brasil. *Revista Espacio*, Caracas, vol.36, n.36 p. 5-14. 2017.

TAKAKI, E.; COELHO, G. A experiência da Ação Cultural Hip-Hop sob o Viaduto de Madureira no Rio de Janeiro. *Risco - Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo*, São Paulo, v.8, n.8, p.126-137. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Núcleo de estudos em Agroecologia e Produção Orgânica. In: *Curso de formação em Agroecologia para a Agricultura Familiar Camponesa*. 2. ed. Uberlândia, MG: [s.n.]. 30 p. v. 1. 2015.

VILLAÇA, F. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DĚAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp.1999. Cap. 6, p. 170-243.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP. 2001.